

O ENVELHECIMENTO ATIVO NAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DAS UNIVERSIDADES ABERTAS DA TERCEIRA IDADE

Profa. Ma.Cassandra Maria Bastos Franco

1. Instituto Camillo Filho/Faculdade Santo Agostinho. E-mail: cassandra.franco@hotmail.com

RESUMO

Confrontando resultados obtidos em pesquisa anterior com uma universidades abertas da terceira idade (UNATI) com dados analisados em pesquisa atual utilizando pesquisas documentais a partir das propostas pedagógicas, se averiguou que apesar dos sujeitos idosos vivenciarem dois determinantes da política pública de envelhecimento ativo, nas propostas pedagógicas dos programas das UNATI's estudadas não está explícito os determinantes das políticas públicas, nem há menção da necessidade da implementação da política na universidade aberta. Assim realizou-se este estudo a fim de obter dados sobre como vem sendo proposto o envelhecimento ativo no âmbito da extensão universitária. A pesquisa de campo e documental teve abordagem qualitativa. Assim, será feita, inicialmente, uma contextualização do surgimento das extensões em Teresina- PI. Posteriormente, serão explicitadas a metodologia da pesquisa e as reflexões sobre os projetos pedagógicos dos diversos espaços de extensão para idosos nas IES públicas e privadas teresinenses. Os resultados indicaram nas três IES (Instituto Camillo Filho, Universidade Federal do Piauí e Universidade Estadual), os determinantes do autocuidado e pessoais. Constatamos que apesar da existência da Política Pública do envelhecimento ativo da OMS e do Compromisso Nacional para o envelhecimento ativo, essas não possuem em suas propostas pedagógicas de forma registradas e explícita estratégias para o desenvolvimento do envelhecimento ativo, por isto esse vem sendo relacionado somente ao autocuidado.

Palavras-chave: Envelhecimento Ativo, Políticas Pública, Universidade Aberta para Terceira Idade.

ABSTRACT

Comparing results obtained in previous research with an open university of the third age (UNATI) with data analyzed in current research using documentary research from the educational proposals, it was established that although the elderly subjects experiencing two determinants of public policies of active aging, the proposals teaching of the UNATI's programs studied is not explicit the determinants of public policy, nor is there mention of the need for policy implementation at the open University. So this study was conducted to obtain data as it is being proposed the active aging within the university extension. The documentary and field research had a qualitative approach. It will therefore be made initially contextualizing the emergence of extensions in Teresina PI. Later they are explained the methodology of research and reflections on the educational projects of various extension spaces for seniors in public higher education institutions and private Teresina. The results indicated the three Institutions of Higher Education (Instituto Camillo Filho, Federal University of Piauí and State University), the determinants of self-care and personal. We note that despite the existence of public policy of active aging WHO and National Commitment to active aging, these do not have in their pedagogical proposals registered form and explicit strategies for the development of active aging, so this has been related only to self-care.

Keywords: Active Aging, Public Policies, Open University for Senior Citizens.

INTRODUÇÃO

Pensar em educação para idosos é pensar em diversidades com relação à pedagogia educacional e às diferentes velhices, pois, o velho brasileiro não existe, existem várias realidades de velhice referenciada a diferentes condições de qualidade de vida individual e social.¹ Ainda sob esse foco, a autora ressalta que, “para o idoso, a inclusão num programa educativo não é apenas uma oportunidade de reciclagem intelectual, mas sim uma possibilidade de diálogos e de participar com seus iguais na construção do seu próprio processo formativo”.¹

O acesso às Políticas Públicas na área da Educação Formal é garantido por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB², art. 37, onde está formalizado que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”. É o que confere o art. 37:

Art. 37 - Os sistemas de ensino asseguram gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

O ato de ensinar a pessoas idosas não deve ser reduzido à técnica ou tecnologia de ensino, mas ao processo de interação de intersubjetividade, de ajuste de significados para os cidadãos implicados nos processos que colocam em marcha. Por isso, a metodologia de ensino “deve ser ativa, participativa e interativa, permitindo ao idoso e ao grupo em que está inserido descobrirem as próprias necessidades, a serem agentes de sua própria transformação”.¹ A inclusão das pessoas idosas no ensino formal constrói um novo olhar sobre o idoso que pode levá-lo a agir como cidadão. Esses direitos são consequências de lutas travadas ao longo de anos e das conquistas alcançadas no passado por homens e mulheres que hoje são pessoas idosas. Na área da Educação³, apresenta-se como caminhos:

- adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;
- inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis de ensino formal, conteúdo voltado para o processo de envelhecimento;

- incluir a gerontologia e a geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;
- desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- apoiar a criação de universidade aberta para terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas de saber.

Na área da Educação, a implementação de currículos e programas que tenham como temática o envelhecimento deveria acontecer de forma generalizada, como bem destaca a PNI, do ensino elementar ao ensino superior, pois assim as entidades voltadas para a educação estariam assumindo o envelhecimento como um processo que ocorre desde o nascimento. A existência da PNI trouxe à população o esclarecimento sobre a necessidade da inclusão de conteúdos no ensino formal. Todavia, como deve ser feita essa implantação não está compreensível no documento, pois nas entrelinhas fica o questionamento se essa adequação seria em nível de grade curricular ou tema transversal nas disciplinas dos diversos graus de ensino.

Como educadora há onze anos ministrando a disciplina Gerontologia Social na Graduação do Curso de Serviço Social em instituição de ensino superior em Teresina-PI, somos a favor de que as disciplinas com temas relativos ao envelhecimento humano devem ser obrigatórias nos diversos níveis de ensino, em especial em todos os cursos de graduação, pois enriquecem a formação dos discentes, no sentido de proporcionar condições para lidar com esse segmento nos diversos espaços de atuação, além de despertar reflexões sobre o próprio processo de envelhecimento.

No envelhecimento, a compreensão dessa diversidade, denominada velhice, revela questionamentos e possibilidades de vivência do envelhecimento ativo, o qual preconiza que, desde que a pessoa idosa possa atuar em sua realidade cotidiana de forma satisfatória, deve manter-se em atividade para viver plenamente sua longevidade. Nesse caso, é importante refletir sobre como é possível a obtenção da conquista do envelhecimento ativo, que pode ocorrer tanto em nível individual quanto de grupos populacionais. Geralmente, é utilizado em políticas e programas que visem à promoção do envelhecimento ativo, como podem ser incluídos em programas de extensão no ensino superior para idosos, comumente denominados

(83) 3322.3222

contato@cieh.com.br

www.cieh.com.br

de universidades abertas para terceira idade (UNATI). Como questão central do nosso estudo está na indagação “como é concebido o envelhecimento ativo nos projetos pedagógicos das universidades abertas para terceira idade em Teresina-PI.”

No Brasil, a legislação pertinente ao envelhecimento ativo é recente, encontra suporte no decreto nº 8.114, de 30 de setembro de 2013⁴ que estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e institui a Comissão Interministerial para monitorar e avaliar ações em seu âmbito e promover a articulação de órgãos e entidades públicas envolvidas em sua implementação. Comissão essa composta pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; os ministérios da Justiça, Trabalho e emprego, Saúde, Previdência Social, Planejamento, orçamento e gestão, Cidades, Desenvolvimento agrário, Desenvolvimento social de combate a fome, Esporte, Turismo, Comunicação e Transporte.

O fenômeno do aumento da longevidade tem causado impacto em alguns setores da sociedade, como, por exemplo, a família, com o agravante da pobreza e da escassez de recursos humanos habilitados para o atendimento à pessoa idosa. Nesse sentido, os baixos níveis de instrução e o analfabetismo estão associados a maiores riscos de deficiência e morte durante o processo de envelhecimento, assim como os altos índices de desemprego.

Segundo Gué⁵ a sociedade mundial depara-se com o envelhecimento populacional e estipula-se o período de 1975 a 2025 como a era do envelhecimento..” Diante desses desafios oportunizar discussões sobre envelhecimento ativo nas universidades abertas da terceira idade (UNATI), os idosos avançam nas idades e torna-se necessário que esses tenham uma velhice saudável e ativa. Considerando-se ,como bem coloca que o objetivo do envelhecimento ativo é aumentar a expectativa de vida saudável, inclusive para os idosos eu são frágeis ou incapacitados requerem cuidados especiais”. O diálogo , o debate sobre envelhecimento ativo assim como o acesso à essa política no setor educacional voltados para idosos poderá contribuir para as pessoas idosas de idades avançadas, em especial, possam envelhecer em suas casas, perto de sua família.⁵

METODOLOGIA

No processo de delineamento do estudo, fez-se análise dos resultados de pesquisa de campo e documental realizadas em uma universidade aberta da terceira idade em Teresina, no Instituto Camillo Filho, na qual constatou-se que o envelhecimento ativo pelos depoimentos e análise da proposta pedagógica do programa Integração de gerações-INTEGERA, os sujeitos reconhecem o envelhecimento ativo somente como auto cuidado.

Ante ao estudo de caso realizado anteriormente na UNATI de uma IES privada, começamos a questionar como seria observado e abordado o envelhecimento ativo nos demais programas de extensões universitárias voltados para o atendimento de idosos.

Diante do questionamento desta realidade realizou-se pesquisa documental, analisando-se as três propostas das Universidades Abertas existentes no Piauí, através dos projetos pedagógicos de extensão que atendem idosos, quais seja: O Programa Terceira Idade em ação na Universidade Federal do Piauí, UNATI 1 e 2 na Universidade Estadual do Piauí e o Programa Integração de Gerações (INTEGERA) no Instituto Camillo Filho.

A análise dos documentos das IES nos permitiu realizar o levantamento de dados que, após coletados, resultaram no mapeamento de núcleos comuns, constituindo que permitiram a compreensão do objeto de estudo, suas relações, bem como identificando sua amplitude, historicidade e contradições. Nesse sentido, utilizou-se a análise das categorias ou categorização concebida por Bardin⁶ como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricadas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico”.

Essa foi escolhida por se tratar de uma operação que reúne grupos de elementos da unidade de registros. Por proporcionar o diálogo entre duas pesquisas – uma já publicada (realizada anteriormente por esta autora) e outra inédita (com aporte exclusivamente documental) – utilizou-se leituras exploratórias, leituras seletivas e críticas para melhor compreensão dos materiais analisados.

Após concluído as análises dos projetos pedagógicos das UNATI's realizou-se uma análises críticas, tendo por referência as legislações da OMS e Compromisso Nacional do

envelhecimento ativo, objetivando averiguar se nas propostas pedagógicas das universidades abertas de terceira idade teresinenses contemplam de forma transversal ou em suas diretrizes a proposta do Envelhecimento ativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através das análises dos dados da pesquisa de campo e documental, detectou-se que nos projetos das universidades abertas de Terceira idade em Teresina, seja pública ou privada em seus projetos e em suas ofertas de oficinas do ano de 2015 não contemplam os determinantes do envelhecimento ativo (Figura 1).

Figura 1- Determinantes do envelhecimento ativo



Fonte:OMS,2005

Analisando-se a figura constatamos que nos projetos e na pesquisa de campo realizada no ICF, encontramos nos projetos somente propostas de oficinas relacionadas ao autocuidado, a exemplo o determinantes pessoais e comportamentais na P.Tia e INTEGERA, e determinantes pessoais, comportamentais e econômicos na UNATI 2 da Uespi em funcionamento desde o ano de 2005. Com relação ao conteúdo programático desenvolvido nas oficinas do P.Tia são agrupadas por características comuns: desenvolvimento físico, desenvolvimento artístico e cultural, desenvolvimento emocional, estimulação da memória, ação formativa para o envelhecimento e velhice, entre outras atividades (informática, inglês, apresentações artísticas).

Quanto ao corpo docente que compõe o PTIA, encontramos docentes do quadro efetivo de diversos cursos da UFPI, além de docentes voluntários em conjunto com a coordenação do programa e do núcleo de pesquisa, bem como estagiários, responsáveis pela organização e parcerias em diversos eventos que tragam a discussão sobre o envelhecimento humano para a sociedade local.

Outra modalidade de universidade aberta voltada para o idoso encontra-se na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), a Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI), que funciona em duas modalidades UNATI-I e UNATI-II. Constitui-se no primeiro Programa de Extensão para idosos na UESPI no Campus Pirajá em Teresina-PI. As atividades programadas para cada aluno têm duração de dois anos e meio (cinco semestres). Na UNATI-I são oferecidos cursos de várias áreas do conhecimento como informática, noções de gerontologia, sexualidade, nutrição, espiritualidade na terceira idade, e dança.

A UNATI-II trabalha com quatro disciplinas por semestre, é voltada para aulas de empreendedorismo, marketing, relações humanas, inglês. O quadro de docente é formado por professores do quadro efetivo da UESPI e voluntários. Entre os critérios de seleção dos alunos destacam-se: ter idade igual ou superior a cinquenta e cinco anos, saber ler e escrever. Para a seleção é realizada uma prova de redação. Além das atividades de sala de aula no local, acontecem eventos formativos, comemorações de datas festivas.

Entre os determinantes comportamentais presentes transversalmente nas propostas das Unatis de Teresina-Pi, anunciam que para que o envelhecimento ativo aconteça se faz necessária a adoção de estilos de vida saudáveis; e a participação ativa no próprio cuidado é importante em todos os estágios de vida. Entre os determinantes econômicos, encontramos os ganhos (aposentadoria, proventos, pensões), proteção social (benefícios). O envelhecimento ativo depende de uma diversidade de fatores “determinantes” que envolvem indivíduos, famílias e países.

Diferenciando-se do P.Tia, o Instituto Camillo Filho através do Programa Integera, existente na capital desde o ano de 2003 anuncia no projeto pedagógico a importância das relações intergeracionais, colocando até em sua proposta acesso nas oficinas temáticas de pessoas de idade igual ou superior a 55 anos, provenientes da comunidade local como também jovens da

graduação dos diversos cursos da IES. Resalta-se que o convívio entre gerações constitui-se como propulsor do envelhecimento ativo. A UNATI II em anúncio de seu público-alvo coloca também acesso às pessoas com idade igual ou superior a 55 anos.

No P.Tia averigou-se também a ausência no projeto de registro do envelhecimento ativo como Política Pública, no entanto nas atividades propostas através das oficinas detecta-se objetivos de promoção de estilo de vida saudável, para o ano de 2015 foi ofertado 30 oficinas temáticas, essa constitui-se como a mais antiga das universidades abertas em Teresina., funciona desde o ano de 1988.

No espaço estadual averigou-se no projeto de extensão da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), a existência de duas modalidades de Unati, uma dirigida ao desenvolvimento pessoal e comportamental a UNATI 1, presente no projeto atividades que incentivam o auto cuidado e outra modalidade a UNATI 2 voltada ao empreendedorismo que oportuniza idosos capacitações que podem servir para a melhoria de renda das pessoas idosas, o que está previsto no envelhecimento ativo. Sendo assim uma das unati a apresentar três determinantes do envelhecimento ativo, no entanto assim como as demais ainda não adequou o projeto as novas políticas públicas a nível internacional e nacional.

Entende-se da limitação das análises realizadas, pois somente o Integera foi analisado os dados de campo e documental, porém pelas análises realizadas documentais averigou-se que assim como os depoentes idosos egressos e ativos do INTEGERA, os projetos de extensões votados para os idosos em Teresina apresentam também aspectos que remetem à vivência do envelhecimento ativo, por apresentarem nas propostas pedagógicas alguns determinantes, a exemplo aspectos dos determinantes comportamentais (estilos de vida saudáveis e participação no próprio cuidado); determinantes econômicos (existem ganhos: aposentadorias e pensão).

CONCLUSÃO

O envelhecimento humano traz ao Estado, à família, as Políticas Públicas diversos desafios, pois considerando-se que as velhices acontecem de forma diferenciadas, a velhice no ocidente, no oriente, do empobrecido, do rico, do homem da mulher, faz-se necessários que as pessoas idosas tenham possibilidades tanto a nível individual como através de Políticas Públicas como a do envelhecimento ativo preconizado pela OMS, como o compromisso nacional do

(83) 3322.3222

contato@cieh.com.br

www.cieh.com.br

envelhecimento ativo de viverem idades avançadas na velhice de forma saudável, participando de questões sociais, econômicas, culturais e civis em sua plenitude.

Dessa forma entendemos que se faz necessário esclarecer e popularizar a concepção do envelhecimento ativo como Política Pública, em que nações e Estados devam se comprometer em executar ações a exemplo oportunizar condições determinantes relacionados ao ambiente físico, no qual estão incluídas as condições de acessibilidade em espaços urbanos e habitacionais, os meios de transporte, a urbanização/arquitetura dos ambientes, o acesso aos serviços e a facilidade em utilizá-los, bem como as condições de saneamento. Quanto aos determinantes relacionados ao meio social, encontraram-se o suporte social (ONG, serviços voltados para saúde), violência (prevenção) e abuso, educação (oportunidades de aprendizado pela vida toda podem ajudar a manter a confiança e as habilidades que necessitam para se adaptarem quando envelhecem).

Faz-se necessários debates na arena política, no setor educacional em diversos níveis, pois é direito de todos os cidadãos terem a possibilidade de vivência de um envelhecimento ativo e cidadão. Ações públicas junto as universidades abertas teresinenses podem facilitar a divulgação do envelhecimento ativo assim como aproximar o mundo acadêmico, nas extensões universitárias dos governos que devem proporcionar condições a exemplo as condições ambientais.

Dessa forma, é necessário que as universidades abertas tenham em suas propostas pedagógicas registro da política tema desse estudo a fim de socializar formas de acesso a essa política assim como proporcionar condições para que as pessoas integrantes das universidades abertas permaneçam ativas e reconheçam o envelhecimento como Política Pública e não somente como responsabilização individual. Essas devem manter-se, ativa não só fisicamente mas ativas diante das questões econômicas, sociais e culturais de sua cidade, de seu Estado de sua Nação.

REFERÊNCIAS

1. Cachioni M, Palma LS. Educação permanente: perspectiva para o trabalho educacional com o adulto maduro e o idoso. In: Freitas EV, Py L, Cançado FAX, Doll J, Gorzoni ML (Orgs.), Tratado de Geriatria e Gerontologia. 2th ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2006:1456-1465.

2. Brasil. Lei número 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União 21 dez 1996.
3. Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS. Política Nacional do Idoso: Lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994 (Reimpressão). Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social; 2010.
4. Brasil. Decreto nº 8.114, de 30 de setembro de 2013. Estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e institui Comissão Interministerial para monitorar e avaliar ações em seu âmbito e promover a articulação de órgãos e entidades públicos envolvidos em sua implementação. Diário Oficial da União 1 out 2013.
5. Guè, RM. Envelhecimento ativo :uma nova estratégia de abordagem da velhice. In: Newton LT, Ângelo JGB, Nara C. Temas sobre envelhecimento ativo. 2th ed. Porto Alegre: Edipucrs; 2013.
6. Bardin L. Análise do Conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1979.